

## A GESTÃO DA PATOLOGIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA POSSIBILIDADE PARA A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO

*Managing the pathologization of learning in the school context: a possibility  
for the psychopedagogue's work*

**Luciano Rodrigues Santana**  
UNIMAIIS

**Selma Regina Gomes**  
UNIMAIIS

### RESUMO

Com este texto pretendemos colocar em pauta a possível intersecção entre a Psicopedagogia, Inclusão Escolar, Patologização e Despatologização. Partimos da premissa de que crianças em situação de dificuldade no processo de escolarização estão constantemente sujeitas a interpretações explicativas, de cunho biológico, que imputam responsabilidade a elas pelo não aprender. O presente estudo decorreu de pesquisa bibliográfica da produção de teóricos como Bossa (2019), Skliar (2006), Gomes (2012; 2023), destacando suas contribuições para argumentarmos acerca da atuação do psicopedagogo na escola inclusiva, tendo como objetivo: problematizar a gestão da patologização das dificuldades no processo de escolarização de crianças, dando ênfase à contribuição da Psicopedagogia como potencialidade para minimizar os impactos desse fenômeno na vida pessoal e escolar das crianças, considerando o contexto da escola inclusiva. De maneira específica objetivamos: entender o que vem a ser patologização, despatologização e sua relação com a inclusão escolar; apresentar a Psicopedagogia como um conjunto de saberes voltados à compreensão da aprendizagem e, em consequência, da dificuldade nesse processo, de forma a estabelecer um ponto de confluência com a Educação Inclusiva; destacar a atuação do psicopedagogo como potencialidade para a despatologização. Concluimos que, apesar da forte tendência de explicações reducionistas predominantes, o trabalho colaborativo entre escola e profissionais de outras áreas, pode contribuir com a despatologização da dificuldade.

**Palavras-chaves:** Inclusão Escolar; Psicopedagogia; Despatologização

### ABSTRACT

With this text, we aim to discuss the possible intersection between psychopedagogy, school inclusion, pathologisation, and depathologisation. We start from the premise that children experiencing difficulties in the schooling process are constantly subject to explanatory interpretations of a biological nature, which attribute responsibility to them for not learning. The present study arose from bibliographic research on the work of theorists such as Bossa (2019), Skliar (2006), Gomes (2012; 2023), highlighting their contributions to our argument about the role of the psychopedagogue in inclusive schools, with the aim of problematising the management of the pathologisation of difficulties in the schooling process of children, emphasising the contribution of psychopedagogy as a potential means of minimising the impacts of this phenomenon on the personal and school lives of children, considering the context of inclusive schools. Specifically, we aim to: understand what pathologisation and depathologisation are and their relationship with school inclusion; present psychopedagogy as a set of knowledge focused on understanding learning and, consequently, the difficulties in this process, in order to establish a point of convergence with inclusive education; highlight the role of the psychopedagogue as a potential for depathologisation. We conclude that, despite the strong tendency toward predominant reductionist explanations, collaborative work between schools and professionals from other areas can contribute to the depathologisation of difficulties.

**Keywords:** School inclusion; Psychopedagogy; Depathologisation

## INTRODUÇÃO

O modelo econômico atual que gesta de maneira global, os modos de vida da população se baseiam em uma lógica que prioriza princípios como a livre iniciativa, a desregulamentação dos mercados, a privatização de bens e serviços públicos, bem como a ideia de que a competição e o lucro são os motores do desenvolvimento econômico.

No contexto individual, essa racionalidade atribui ao sujeito a responsabilidade pelo sucesso pessoal, ou seja, o desempenho depende do esforço individual, reforçando a competição, a necessidade de estar sempre "à frente", resultando em um ciclo que pode ser excludente e discriminatório junto àqueles que não têm oportunidade, por questões diversas, de se inserir neste jogo competitivo.

Assim, a busca por aceitação e pertencimento se torna um desafio constante, levando muitos a se sentirem pressionados a se adequar a essa lógica, o que, por sua vez, gera um sentimento de ansiedade e insatisfação.

Como implicação dessa dinâmica as relações sociais, a identidade e o cotidiano das pessoas são afetados, aumenta a ansiedade em relação ao futuro e, conseqüentemente, na manutenção de um sistema de desigualdades, no qual, o discurso fundado em explicações acerca das diferenças, a partir de um padrão rígido e único de normalidade, intensifica a exclusão social e a marginalização de grupos considerados "fora do padrão". Perpetuam-se estigmas e preconceitos, dificultando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O ritmo acelerado imposto por esse modelo de sociedade afeta significativamente os modos de ser das pessoas e não deixa de implicar o modelo educacional, que é pensado para se adaptar às demandas impostas pelo modelo econômico. Freitas (2018, p. 29), afirma que “[...] a educação está sendo sequestrada pelo empresariado para atender a seus objetivos de disputa ideológica.”

Essa afirmação pode ser corroborada pelos estudos de Laval (2019, p. 18) quando diz que a educação se tornou

[...] “um fator de atração” de capitais cuja importância vem crescendo nas estratégias “globais” das empresas e nas políticas de adequação dos governos. [...] A escola, que tinha como centro de gravidade não só o valor profissional, mas também o valor social, cultural e político do saber – valor, aliás, que era interpretado de forma diferente, conforme as correntes políticas e ideológicas –, hoje é orientada, pelas reformas em curso, para os propósitos de competitividade prevaletentes na economia globalizada.

Entendemos com isso que há uma conformação entre os ideais econômicos e o modelo educacional vigente. Uma adequação à lógica global de mercado, o que implica certo tipo de formação e certo ideal do/de ‘ser humano’, uma exaltação do sujeito que se responsabiliza por seu sucesso com independência e autoafirmação, que é proativo e aproveita as oportunidades usando de criatividade na resolução de problemas.

Essa maneira de entender a escola como um serviço e não como direito contribui para a manutenção de estruturas que marginalizam grupos específicos, entre eles as pessoas com deficiência. Isso ocorre, principalmente quando, no processo ensino, prioriza-se a eficiência, a padronização e os resultados, dificultando adaptações curriculares e metodológicas direcionadas às crianças com deficiência ou em situação de dificuldade. A reflexão crítica acerca dessa racionalidade e suas implicações na promoção de padrões e no entendimento a respeito da diferença são essenciais para quebrar essa lógica e fomentar relações mais saudáveis e equitativas.

A constante pressão para se acomodar a um ideal de produtividade e eficiência contribui para que aqueles que não se encaixam sejam tratados como “problemáticos”, no sentido em que é preciso ações preventivas contra riscos futuros. Esse fenômeno que interpreta questões sociais como um ‘problema’ geralmente de cunho fisiológico, de responsabilidade do sujeito é nomeado aqui como patologização. Trata-se de uma maneira preconceituosa de enxergar a diferença que perpetua um ciclo de discriminação e exclusão, tanto no âmbito da sociedade quanto no âmbito da educação.

Portanto, entendemos por patologização o movimento explicativo, de caráter biológico que considera comportamentos cotidianos de cunho social, político, histórico e econômico, como doença, ou seja, algo que necessita de ‘intervenção’, no sentido de modificar uma condição problemática que está interferindo no desempenho do sujeito em comparação aos outros, ou seja, há algo de ‘anormal’ impedindo o seu desenvolvimento e aprendizagem.

O pesquisador Carlos Skliar (2006), refletindo sobre a inclusão, a diferença e o lugar das mudanças educacionais no contexto da educação especial, aborda a questão em torno do termo “anormal”. Destaca uma tensão existente, nesse campo, entre a visão clínica e a visão antropológica, como modelos teóricos presentes na prática e no discurso educacional. A primeira tende a focar naquilo que é pensado e produzido como “anormal”,

[...] vigiando cada um dos desvios, descrevendo cada detalhe do patológico, cada vestígio da normalidade, suspeitando de toda deficiência e afirmando que “algo está errado, que há alguma coisa equivocada no sujeito, que possuir uma deficiência é um problema, etc.” (Skliar, 2006, p. 18).

A segunda trata de “[...] inverter a lógica e o poder da normalidade e da normalização, fazendo da norma, o problema que deve ser colocado em questão, ou melhor dito, a origem do problema” (Ibid, p. 19).

O autor argumenta que é fundamental superar essa fronteira, promovendo uma abordagem que valorize a diferença, como uma singularidade, uma condição humana natural, que vai além da simples classificação dos sujeitos como diferentes.

Os “diferentes” respondem a uma construção, uma invenção, quer dizer, são reflexo de um largo processo que poderíamos chamar de “diferencialismo”, isto é, uma atitude – sem dúvida do tipo racista – de categorização,

separação e diminuição de alguns traços, de algumas marcas, de algumas identidades, de alguns sujeitos, em relação ao vasto e por demais caótico conjunto de diferenças humanas (Skliar, 2006, p. 23).

Com essa premissa, o autor sinaliza para o fato de que o problema está em fundamentar o discurso educacional e a prática pedagógica com base no conceito de normalidade. Ou dito de outra maneira, o problema está na atitude de escolher um padrão ideal de sujeito e fazer dele um instrumento comparativo para determinar o que vai bem e o que vai mal no desempenho dos outros.

Podemos aqui inserir a inquietação que nos move em busca de alternativas para minimizar o fenômeno da patologização no contexto da escola inclusiva, pensando a atuação do psicopedagogo como potencialidade, enfatizando a necessidade de transitar no caminho inverso de patologizar o não aprender, ou seja, investir na despatologização. Isso implica redirecionar o discurso em torno da diferença e as práticas educacionais para além de uma possível patologia, priorizando estratégias que valorizem o potencial de aprendizagem de todos.

Dito isso, pretendemos problematizar a gestão da patologização das dificuldades de aprendizagem de crianças em processo de escolarização, com ênfase na possível contribuição da Psicopedagogia como potencialidade para minimizar os impactos desse fenômeno na vida pessoal e escolar das crianças, considerando o contexto da escola inclusiva.

Partimos da seguinte questão: De que maneira o psicopedagogo poderia contribuir na gestão da patologização na escola inclusiva, de forma a construir um entendimento da dificuldade como uma possibilidade natural no processo de escolarização e destacar que a deficiência está na relação que se estabelece com a diferença e não nela própria.

Para refletirmos a temática a partir desse questionamento, dividimos o texto em três sessões, além dessa nota introdutória e as considerações finais. Na primeira sessão selecionamos algumas discussões com o intuito de entender o que vem a ser patologização, despatologização e sua relação com a inclusão escolar; na segunda sessão buscamos descrever a Psicopedagogia como um conjunto de saberes voltados à compreensão da aprendizagem e em consequência da dificuldade no processo de aprendizagem, tentando estabelecer um ponto de confluência com a Educação Inclusiva; na terceira sessão buscamos destacar a atuação do psicopedagogo como potencialidade para a despatologização no contexto da escola inclusiva.

### **Patologização, despatologização e sua relação com a inclusão escolar**

Refletir a respeito dessas categorias traz um sentido de enfrentamento, pois implica o reconhecimento crítico de que algo preocupante acontece na sociedade e em consequência na educação. Portanto consideramos importante conhecer o fenômeno da patologização, levando ao maior número possível de pessoas o conhecimento do que vem a

ser, como esse fenômeno tem se naturalizado de modo geral e quais os espaços de críticas/reflexões existentes.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) reuniu em uma publicação (Cadernos Temáticos CRP SP, 2019) intitulada 'Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento - parte 1', textos resultantes de palestras e conferências realizadas no período entre 2016 a 2019, em eventos conduzidos pelo grupo Despatologiza. Nesse documento estão expressas as preocupações e críticas acerca da naturalização de atitudes que transformam diferenças em doenças.

Esse movimento se iniciou a partir da preocupação de profissionais da Medicina, Educação, Psicologia e Fonoaudiologia, com o intuito de "[...] enfrentar, coletivamente, processos de patologização que transfiguram diferenças em doença, para ocultar as desigualdades que assolam nossa sociedade" (Rede Despatologiza, 2025, *on-line*).

O caderno temático (volume 33), publicado no ano de 2019, traz o entendimento do que vem a ser patologização, reafirmando a necessidade de pensar e divulgar a temática.

[...] um processo/atitude que transforma, artificialmente, questões não médicas em médicas, com aspectos da vida - de diferentes ordens - sendo transformados em "doenças", "transtornos", "distúrbios"; questões coletivas olhadas como individuais; e problemas sociais e políticos, tornados biológicos; e, tendo como uma das consequências, a manutenção da desresponsabilização de pessoas, instituições e governos por esta situação de sofrimento, discriminação e exclusão [...] (CRP SP, 2019, p. 7).

Os autores/palestrantes cumprem com o objetivo de debater e divulgar a temática como forma de suscitar ações práticas e políticas comprometidas com a despatologização da vida. O caderno está disposto em cinco sessões: a primeira tem como tema 'Despatologizar é possível' e traz textos de Castro (Psicóloga), Jesus (Pedagoga), Machado (Psicóloga), Moysés (Médica); a segunda traz o tema 'Subverter o olhar, inventar possibilidades e enfrentar desigualdades', abordados por Esteban (Pedagoga), Faustini (Promotor de Justiça), Pereira (Pedagoga); o tema da terceira e a da quarta sessão traz as falas proferidas na mesa de abertura do VIII Despatologiza: na contramão da patologização, evento realizado no ano de 2018 e, abordaram as temáticas 'Na contramão da patologização' e 'Processos de avaliação numa perspectiva despatologizante', com a participação de Moysés (Médica), Giannini (Conselheiro Presidente do CFP), Pinho (Vice-presidente da Abrasme), Amarante (Presidente do GT de Saúde Mental na Abrasco), Ometto (Pedagoga), Villar (Psicóloga), Lima (Psiquiatria), Angelucci (Psicóloga), Freitas (Pedagoga); a quinta sessão, com o tema 'Subvertendo laudos' tem a contribuição de Machado (Psicóloga), Chacra (Pediatra), Júnior (Psiquiatra).

Ao citar o caderno temático do CRP SP, intentamos destacar um espaço de discussão e ação que se dedica a denunciar as consequências da patologização, principalmente em crianças e adolescentes matriculados nas escolas brasileiras, bem como elucidar que este movimento conta com

a participação de profissionais de diversas áreas. A Rede Despatologiza advoga que é preciso pensar a deficiência a partir das interações com o ambiente e da pessoa com ela mesma, defendendo o distanciamento de um modelo médico de interpretação da deficiência em defesa de um modelo social.

Portanto, quando defendem a despatologização da vida e da educação, os participantes desse movimento estão propondo um caminho contrário à patologização, um enfrentamento coletivo ao aumento de uma prática de diagnósticos e intervenções exageradas que implicam negativamente no desenvolvimento integral de crianças e as colocam em situação de vulnerabilidade e de exclusão social. Seguem os seguintes princípios

1. Combater a patologização e judicialização da vida;
2. Enfrentar desigualdades, preconceitos e discriminações;
3. Afirmar as diferenças entre as pessoas como um valor essencial da vida;
4. Defender os direitos humanos, a democracia, a equidade e a justiça social;
5. Produzir e divulgar conhecimentos e ações despatologizantes (Rede Despatologiza, 2017, p. 1).

Essa é uma defesa que nós, também, fazemos, principalmente quando falamos de crianças com necessidades específicas, entre elas as com alguma deficiência. Resistir ao fenômeno da patologização se tornou fundamental, um compromisso que assumimos na defesa de uma inclusão escolar mais justa e equitativa.

Concordamos com Gomes (2023), quando nos convoca a pensar se a proposta de inclusão escolar de certa forma não se submeteu à lógica patologizante quando trouxe a ideia da necessidade de um laudo para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como critério único para o trabalho individualizado. Segundo a autora, essa prática vem ampliando o número de diagnósticos de comportamentos e baixo desempenho escolar, considerados fora do padrão normatizado.

Gomes (2022, p. 147) faz uma crítica a essa lógica de identificação das necessidades específicas que criou raízes no interior da escola, considerando-a como

[...] Uma lógica caracterizada pela rotulação e estigmatização dos estudantes com dificuldades no processo de aprendizagem, que passaram a ser reconhecidos como estudantes hiperativos, desatentos, disléxicos, opositores, deficientes intelectuais.

Para demonstrar o aumento expressivo de crianças diagnosticadas a autora se utiliza de um documento estatístico, publicado anualmente pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED) sob a supervisão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e traz um quantitativo referente ao ano de 2017, de 896.809 crianças e jovens, considerados público da Educação Especial na perspectiva inclusiva, matriculados na Educação Básica. Esse quantitativo inclui tipo de deficiência, transtorno global do

desenvolvimento, altas habilidades/superdotação. Destaca o aumento de diagnósticos de alunos com deficiência intelectual no Brasil, matriculados em classes comuns e classes exclusivas, no período entre o ano de 2010 (433.549 alunos) a 2017 (732.185 alunos), um aumento de 298.549 de alunos com esse diagnóstico.

Fizemos o mesmo trajeto, buscando o quantitativo referente ao ano de 2024, decorridos então sete anos, encontramos o número de 1.008.009 alunos com diagnóstico de deficiência intelectual, matriculados em classe comum e classe exclusiva, ou seja, de 2017 a 2024 houve um aumento de 275.824, somente na Educação Básica.

Gomes (2022) discute esses dados enfatizando o aumento de diagnósticos de deficiência intelectual, a partir da ideia de que é possível que crianças em situação de dificuldade, sem apresentarem nenhuma deficiência, estejam sendo diagnosticadas como forma de participarem do AEE. A autora lança como provocação a crítica de que a dificuldade no processo de escolarização, como uma condição natural e previsível vem sendo transformada em transtorno. Esse aumento também pode ser percebido com relação a outros transtornos.

Cabe retratar, neste estudo, o caso do Transtorno de Espectro Autista (TEA), outro diagnóstico que vem aumentando vertiginosamente. Em 2010 eram 60.917 alunos, 2017 104.393 alunos e no ano de 2024 esse número era 918.877, ou seja, um aumento de 814.484 de alunos com esse diagnóstico na Educação Básica (Educação Especial), um número quase nove vezes maior que o quantitativo de 2017.

Sobre a questão do aumento de diagnósticos de transtornos, Allen Frances (2014), psiquiatra norte-americano e um dos responsáveis pela elaboração do Manual Diagnóstico e Estatístico (DSM), aponta para uma hiperinflação diagnóstica, especialmente na psiquiatria infantil, após a publicação da quarta e quinta versão desse manual, afirmando que “[...] Criamos um sistema de diagnóstico que transforma problemas cotidianos e normais da vida em transtornos mentais” (Frances, 2014, s/p).

Com relação ao Transtorno de Espectro Autista, a partir do DSM V houve uma flexibilização ao inserir o conceito de espectro autista, o que contribuiu para o aumento de diagnósticos desse transtorno, uma vez que passou a incluir um maior número de sintomas para identificação. É importante olharmos de forma crítica para essa prática e questionarmos se ela não está contribuindo para a patologização, transformando comportamentos antes considerados naturais no desenvolvimento humano em transtornos. Embora reconheçamos que o Transtorno do Espectro Autista é real, devemos ter o cuidado na condução das interpretações acerca dele nos ambientes clínico e escolar. Principalmente no sentido da despatologização, ou seja, no contexto escolar o foco deve ser o potencial da criança para a aprendizagem e não o transtorno em si.

Nossa pesquisa intenciona destacar o psicopedagogo como um profissional capaz de ajudar no processo de despatologização, valorizando a diferença e contribuindo para a manutenção de um equilíbrio entre identificação e respeito à diversidade. Devemos considerar, antes de tudo, a diferença como um valor essencial da vida a dificuldade como uma condição natural no processo de escolarização.

### **Psicopedagogia: contribuição para educação inclusiva**

A Psicopedagogia se pauta em um conjunto de saberes voltados para a compreensão da aprendizagem e as dificuldades que dela decorrem. Portanto seu principal objetivo é compreender como se dá o processo de aprendizagem e como otimizá-lo em favor do sujeito. Adota uma abordagem ampla, considerando não apenas os aspectos cognitivos, mas, também, os fatores emocionais, sociais, culturais e pedagógicos que incidem na aprendizagem.

De acordo com Bossa (2019) uma das confusões que envolvem o termo Psicopedagogia e seu campo de atuação, relaciona-se à ideia de que consiste em uma aplicação da Psicologia à Pedagogia. Defende que se constitui como uma “[...] nova área que, recorrendo aos conhecimentos dessas duas, pensa seu objeto de estudo a partir de um corpo teórico próprio [...]” (Bossa, 2019, p. 23).

Segundo Bossa (2019, p. 30) a Psicopedagogia

[...] se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocando em um território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evoluiu devido à existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se, assim, em uma prática.

Uma prática que se apoia em conhecimentos de outras áreas, em especial a Psicanálise, Psicologia Genética e mais recentemente a Neurociência, para responder a questões referentes ao não aprender, entendendo o sujeito a partir de sua singularidade e do seu mundo sociocultural.

O corpo teórico desse campo do saber, emerge nas décadas de 1950 e 1960, objetivando melhor compreensão acerca das dificuldades no processo de escolarização e, nesse movimento, intenciona responder às necessidades educativas que porventura se apresentem no processo de aprendizagem. Percebemos a influência de Piaget (1970) que, ao focar nas etapas do desenvolvimento cognitivo, contribui para a compreensão de como as crianças constroem seu conhecimento de forma individual e progressiva.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky (2007) e suas proposições a respeito de aprendizagem e desenvolvimento, também, servem de base para as abordagens psicopedagógicas. Em especial por enfatizar a aprendizagem como um processo ativo em que se constrói conhecimento nas interações sociais.

Sara Paín (1985), Psicóloga argentina, é bastante solicitada no âmbito da Psicopedagogia em função de suas contribuições na compreensão da aprendizagem como processo constitutivo e constituinte de cultura. Suas proposições são embasadas na epistemologia genética e na psicanálise, entrelaçando aspectos da construção do conhecimento com a dinâmica psíquica. Enfatiza a importância do respeito ao ritmo da criança e afirma que a prática pedagógica deve ser direcionada.

Reforçamos as contribuições de Vygotsky (2010) na perspectiva da construção do sujeito por meio de interações mediadas pela realidade social e cultural, o que é fundamental para o trabalho do psicopedagogo no contexto da inclusão escolar. Segundo esse pesquisador, nasce com um aparato biológico, porém, esse por si só não é suficiente para garantir a aprendizagem. É na mediação com o meio, ao produzir significados e transformar a realidade que o sujeito aprende e se desenvolve.

O que significa dizer que as ações do sujeito são historicamente construídas numa interação ativa de troca com meio social no qual esta inserido, o sujeito interioriza e se apropria de sua realidade sociocultural, transformando-se e transformando o meio. É nesta interação ativa, mediada pelo outro, que as funções psicológicas se desenvolvem e constituem o processo de cognição (Gomes, 2012, p. 27)

Entendemos que é no processo de mediação que os conhecimentos da Psicopedagogia podem potencializar o processo de aprendizagem de crianças com necessidades educacionais específicas. Porém reforçamos que, independente das características, não se deve perder o foco na aprendizagem. Acreditamos que todas as pessoas são capazes de aprender, portanto, um processo de ensino que valorize as diferenças é aquele que se distancia do modelo clínico de interpretação da dificuldade e se aproxima de um modelo biopsicossocial que interpreta as necessidades educacionais específicas, considerando fatores contextuais que implicam a realização das atividades acadêmicas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no artigo 2º, parágrafo 1º, enfatiza que “[...] A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar [...]” (Brasil, 2015, p. 8).

O respaldo da Lei Brasileira de Inclusão na adoção da avaliação biopsicossocial, não apenas demanda uma mudança na prática educacional, como também requer um corpo teórico que permita entender as nuances da aprendizagem em contextos diversos. Nesse sentido, a Psicopedagogia se apresenta como importante aliada, fornecendo ferramentas que ajudam a interpretar as realidades de alunos/professores/escola e a identificar as barreiras que podem interferir em seu processo no processo de escolarização.

A Psicopedagogia oferece instrumentos teóricos que podem ajudar a escola na elaboração de um planejamento capaz de atender as necessidades específicas dos alunos, contribuindo com a organização de uma avaliação pedagógica que evidencie as barreiras impeditivas da aprendizagem. O termo barreira impeditiva diz mais sobre as estruturas político-pedagógicas e sociais diante da diferença, do que a um atributo fisiológico.

Podemos elencar algumas das barreiras enfrentadas pela pessoa com necessidades educacionais específicas: estigmatização e preconceito – quando a diferença é vista de forma negativa, gerando estigmas, dificulta-se o processo de inclusão, mantendo à margem do processo de aprendizagem pessoas consideradas fora dos padrões normatizados; uma

política pública que deixa de proporcionar a plena participação de todos leva à exclusão; um currículo engessado que não abre espaço para a flexibilização a partir das necessidades e demandas da escola; ausência de um olhar empático em relação à diferença; a percepção social acerca da deficiência como problema.

Destacamos o fenômeno da patologização como uma das barreiras mais preocupantes no contexto da escola inclusiva. Muitas vezes, essa abordagem prioriza diagnóstico da 'deficiência' em detrimento da individualidade da pessoa. Nesse cenário, o trabalho do psicopedagogo é fundamental. Ele atua na promoção de uma mudança de pensamento acerca da diferença, assegurando que a qualidade da Educação seja um direito universal. Além disso, o psicopedagogo busca respeitar a aprendizagem de cada aluno, evitando a segregação e a rotulação.

### **Atuação do psicopedagogo como possibilidade para a despatologização**

O campo de atuação do psicopedagogo vai além do espaço físico em que se dá o trabalho, envolve um espaço epistemológico que define suas atividades e seu modo de abordar o objeto de estudo (Bossa, 2019). Interessa-nos, para fins deste estudo, refletir como a atuação investigativa do psicopedagogo, no espaço epistemológico, pode evitar que o fenômeno da patologização avance no espaço escolar, principalmente junto a alunos com necessidades educacionais específicas.

O modo de abordar o sujeito, a partir de uma visão abrangente de inclusão, que considera a diferença como uma expressão da diversidade, em vez de um *deficit* ou patologia, promove um ambiente que celebra a singularidade, favorece a colaboração e promove interações enriquecedoras, criando um ambiente mais inclusivo que evita segregação. As experiências compartilhadas ajudam na despatologização das dificuldades tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Acreditamos que o corpo teórico da Psicopedagogia pode contribuir significativamente para o contexto inclusivo. Ele pode auxiliar no trabalho colaborativo voltado à formação e sensibilização de professores e demais profissionais da educação. Dessa forma, é possível incentivar a elaboração de estratégias para a escolarização de crianças em situação de dificuldade, independente da presença de uma patologia.

Optamos pela expressão 'crianças em situação de dificuldade' pois a expressão 'crianças com dificuldade de aprendizagem' sugere que a dificuldade está exclusivamente na criança. Entendemos que a dificuldade é um processo natural que envolve não apenas aspectos biológicos, mas também aspectos de ordem político-pedagógica. Portanto, consideramos mais coerente falarmos de crianças em situação de dificuldade, pois assim, acreditamos contribuir com a desmistificação de que o não aprender, necessariamente, tem uma origem biológica, ou seja, toda responsabilidade é imputada à pessoa que não aprende.

Além da mudança na maneira de abordar o sujeito, destacamos que o trabalho investigativo do psicopedagogo, com base em corpo teórico sólido, contribui com a despatologização da aprendizagem e possibilita

a identificação de elementos que colocam a criança em situação de dificuldade, considerando fatores políticos, sociais, culturais e pedagógicos que influenciam o aprendizado, sem reduzi-los a rótulos. Por meio de uma abordagem investigativa, o psicopedagogo, em colaboração com a equipe escolar e, quando necessário, outros especialistas, podem identificar tanto as situações desencadeadoras de dificuldades quanto as potencialidades dos alunos/professores/escola.

A atuação investigativa do psicopedagogo é necessária para a compreensão dos desafios enfrentados e das oportunidades disponíveis no processo educativo. A integração pesquisa e reflexão crítica traz ao ambiente escolar uma estrutura mais dinâmica em que todos se responsabilizam por uma prática pedagógica mais inclusiva e capaz de promover o aprendizado significativo. Com esta atitude a contribuição seria também para

[...] a desmitificação do normal, estabelecendo a perda de cada um e de todos os parâmetros instalados na pedagogia acerca do que é ou o que deve ser “correto”, o alcance de um entendimento mais cuidadoso sobre essa invenção maléfica do outro “anormal”, além de possibilitar o julgamento permanente do “normal”, da “justa medida”, da “média”, do “homem médio normal” etc (Skliar, 2006, p. 19).

Essa visão é necessária quando se defende a despatologização na escola, pois demanda uma nova lógica para a atuação junto a crianças com necessidades específicas, a identificação de fatores contextuais que incidem na aprendizagem e nas dificuldades.

Outra frente seria analisar os múltiplos fatores que influenciam o ato de ensinar e contribuir com o planejamento de estratégias orientadas ao fortalecimento da prática pedagógica. E, para tal, se dedicaria a compreender as particularidades do ambiente escolar, atuando de maneira preventiva em relação a fatores que possam representar barreiras ao processo de ensino e aprendizagem.

Quando falamos em atuar de forma preventiva, nos referimos a uma atitude de antecipação que nada tem a ver com o diagnóstico clínico em crianças, mas a um planejamento pedagógico capaz de se nortear pelo entendimento das necessidades da comunidade escolar, estabelecer objetivos inclusivos que atendam todos alunos, que fortaleça a participação ativa dos envolvidos no processo de ensino, que se pautem em metodologias que atendam a todos os estilos de aprendizagem, que estabeleça um processo avaliativo ‘para’ a aprendizagem e não ‘da’ aprendizagem, que valorize a participação da família nas decisões pedagógicas e institucionais.

Pensar a escola, à luz da Psicopedagogia, significa analisar um processo que inclui questões metodológicas, relacionais e socioculturais, englobando o ponto de vista de quem ensina e de quem aprende, abrangendo, conforme já dissemos, a participação da família e da sociedade (Bossa, 2019, p. 146).

Skliar (2006, p. 33) já afirmava que é preciso uma reformulação das relações com os outros na Pedagogia e dizia aos professores que se aproximassem

[...] das experiências que são dos outros, mas não o reduza na mesmice egocêntrica e hegemônica da educação [...] não se transforme em um típico *funcionário da alfândega*, que está aí para vigiar aquela perversa fronteira entre exclusão e inclusão.

Além de permitir o acesso e acolher o outro, vale adotar uma atitude inclusiva que valorize a diversidade e a individualidade de todos, para além da postura estigmatizante e preconceituosa em relação aos alunos em situação de dificuldade. Transformar a prática pedagógica e as relações na escola demanda um trabalho colaborativo em que todos os envolvidos sejam facilitadores e agentes de inclusão.

A atitude inclusiva do psicopedagogo, como possibilidade para minimizar o fenômeno da patologização assume como premissa que “[...] A Psicopedagogia caracteriza-se por ser uma área que trata a pessoa em situação de aprendizagem, e não uma categoria classificatória” (Barbosa, 2025, p. 77).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensarmos na gestão da patologização na escola inclusiva, buscamos defender um caminho contrário à despatologização. Isso significa reconhecer que a experiência humana é diversa e que certos comportamentos não devem ser tratados como patologias apenas por não se encaixarem em padrões pré-determinados. Em vez disso, devem ser compreendidos como variações naturais da existência.

Nesse contexto, refletimos a respeito da possível colaboração do psicopedagogo nesse processo, destacando sua contribuição para uma educação mais inclusiva e equitativa.

Entendemos que esse profissional, ao atuar na escola, deve focar no contexto das situações de dificuldade, de maneira a ajudar a comunidade escolar na identificação dos fatores sociais, emocionais e culturais que interferem na aprendizagem, buscando sempre valorizar a singularidade de todos os alunos. Em vez de se concentrar em ‘limitações’, promover uma visão mais positiva e construtiva a respeito do que as crianças podem realizar, de forma autônoma, com mediação da escola.

Frente a situação de dificuldade, o psicopedagogo tem a oportunidade de compreender como o aluno percebe o processo de aprendizagem, quais são suas vivências e como ele se posiciona frente as dificuldades. Ouvir o aluno, sem apressar-se em rotulá-lo, contribui para identificar as causas reais que dificultam sua aprendizagem,

Do ponto de vista epistemológico, o psicopedagogo possui um corpo teórico sólido que fomenta uma atitude investigativa e crítica acerca da tendência de patologizar comportamentos e dificuldades.

Ele pode atuar junto aos profissionais da educação, ajudando-os na reflexão a respeito de suas práticas educativas e na construção de saberes que valorizem a singularidade de todos alunos. Com isso, não só se rejeita a simplificação de desafios complexos, mas se buscam estratégias inclusivas que reconheçam as potencialidades, individuais e coletivas, na promoção de um ambiente escolar mais acolhedor e respeitador das diferenças.

Cabe concluir nossa reflexão ressaltando uma questão fundamental, que é a tendência, comum em todas áreas, inclusive a Psicopedagogia, de buscar explicações e soluções mais rápidas, individualizadas, para as dificuldades no processo de escolarização, o que geralmente resulta na estigmatização e marginalização e, conseqüentemente, na patologização. Trata-se de uma visão reducionista do processo que ignora o contexto social, político, cultural e pedagógico das dificuldades.

Em se tratando de educação inclusiva, bem como da atuação do psicopedagogo nesse contexto, é fundamental nos distanciarmos dessa visão reducionista que tende a simplificar experiências complexas, focando apenas em aspectos isolados da situação de dificuldade. Para enfrentarmos essa situação é necessário adotarmos uma visão ampliada de inclusão, considerando os processos e não os resultados na promoção de práticas que valorizem os diversos modos de ser dos sujeitos em situação de dificuldade.

Com isso queremos reafirmar que nossa ênfase na despatologização no contexto da escola é uma urgência ética e política com aqueles que historicamente estiveram à margem, impedidos de exercer o direito de cidadania de forma efetiva.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Formação de psicopedagogos: em busca de um olhar avaliativo despatologizante. *Rev. Psicopedagogia*, v. 42, ed. 127, 2025, p. 74-86.

BOSSA, Nádia Aparecida. *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2010* [em formato digital]. Brasília: Inep, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2017* [em formato digital]. Brasília: Inep, 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sinopse Estatística da Educação Básica: Censo Escolar 2024* [em formato digital]. Brasília: Inep, 2024.

BRASIL. **Lei 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Governo Federal, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 16 abril. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA (São Paulo). **Patologização e medicalização das vidas**: reconhecimento e enfrentamento – parte 1. Cadernos Temáticos, v. 33, 2019.

FRANCES, Allen. **Transformamos problemas cotidianos em transtornos mentais**. [Entrevista concedida a Milagros Péres Oliva]. Jornal El País, Brasil, 2014. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/sociedad/1411730295\\_336861.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/26/sociedad/1411730295_336861.html). Acesso em 24/04/2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOMES, Selma Regina. **A dificuldade de Aprendizagem no Contexto da Inclusão Escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

GOMES, Selma Regina. A prática do diagnóstico no contexto escolar: um balanço analítico da legislação referente ao atendimento educacional especializado. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v.12, n. 2, p. 105 – 122, setembro, 2023, Edição Especial – Educação em foco: políticas educacionais e processos educativos escolares.

LAVAL, Christian. **A Escola Não é Empresa**: o Neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo. 2019.

PAÍN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

PIAGET, Jean. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.

REDE DESPATOLOGIZA. **Por vidas despatologizadas – Carta de Campinas**. Disponível em [https://www.despatologiza.com.br/\\_files/ugd/f07548\\_172e626c1fffb468ab6752a869b12885b.pdf](https://www.despatologiza.com.br/_files/ugd/f07548_172e626c1fffb468ab6752a869b12885b.pdf). Acesso em 28/04/2025.

REDE DESPATOLOGIZA [eletrônico]. 2025. Disponível em <https://www.despatologiza.com.br/rede-despatologiza>. Acesso em 20 de abril de 2025.

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 15-34.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins fontes, 2010.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Formação Social da Mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins fontes, 2007.

**Contato do autor e da autora:**

**Autor:** Luciano Rodrigues Santana  
**e-mail:** admlucianosantana@gmail.com

**Autora:** Selma Regina Gomes  
**e-mail:** selma@facmais.edu.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 21/06/2025